



I Sinesp Segurança – Pré-Cadastro de Usuário



Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: Pena- reclusão de 2(dois) a 12 (doze) anos e multa. (Art. 313-A CP).

Orientações para preenchimento de pré-cadastro: [Manual](#) [Vídeos](#)

Aviso

Seu pré-cadastro foi enviado com sucesso.

Em breve, você receberá um e-mail informando se seu cadastro foi aprovado ou reprovado.

Dados Pessoais

CPF/ID	Nome Completo (Sem abreviatura)		
042.443.064-98	Diego Fausto Monteiro Cavalcante		
Data de Nascimento	Nome Social		
30/04/1981	Não Informado		
Sexo/Gênero	Cor/Raça	Estado Civil	
Masculino - Homem	Parda	Casado	
Tipo Sanguíneo	Fator Rh	Doador de Órgãos	
B	Positivo	Sim	
Cúteis (cor)	Olhos (cor)	Cabelos (cor)	Altura (m)
Parda	Castanho médio	Preto ondulado	1.71



Dados de Nacionalidade

Tipo Nacionalidade	Nacionalidade
BRAZILIAN	BRASIL

Dados de Naturalidade

País	UF	Município
BRASIL	PARAÍBA	PIRIPITUBA

Identidade Civil

RG	Órgão de Expedição	UF	Data de Expedição
2342754	SSDS PB	PARAÍBA	05/02/2009

Registro Nacional Migratório

RNE	Classificação	Data de Expedição	Data de Entrada
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado

Tipo de Visto	Data de Validade do Visto
Não Informado	Não Informado

Filiação

Nome Completo (Sem abreviatura) Filiação 1	Gênero (Filiação 1)
Maria de Fátima Monteiro Cavalcante	Feminino – Mãe

Nome Completo (Sem abreviatura) Filiação 2	Gênero (Filiação 2)
João Batista Carlos Cavalcante	Masculino – Pai

Passaporte

Número	Série	Data de Emissão	Data de Validade
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado

País
Brasil

Dados Eleitorais

Título de Eleitor	Seção	Zona	UF
024813491244	12	47	PARAÍBA

Habilitação

CNH	Categoria	Local de Emissão	Data de Emissão
024001299	AB	Guarabira-PB	17/05/2019

Data de Validade	UF
14/05/2024	PARAÍBA

Dados Bancários

Nome do Banco	Agência	Conta	Tipo de Conta
Banco Bradesco Cartões S.A.	2007	2015749	Corrente

Endereço

Logradouro	Número	Complemento
Rua Juvino Marreiro	366	Não Informado

Bairro	UF	Cidade	CEP
centro	PARAÍBA	PIRPIRITUBA	58.213-000

País
Brasil

Telefones

DDD	Celular	DDD	Telefone	DDD	Telefone	Telefone
83	987355901	Não Informado	Corporativo Não Informado	Não Informado	Residencial Não Informado	Autorizador Celular

E-mail

E-mail
dfmonteiro20@yahoo.com.br

Dados Funcionais

Instituição de Origem	País	UF	Município
Polícia Militar da Paraíba - PM-PB	Brasil	PARAÍBA	JOÃO PESSOA

Nome Funcional	Matrícula	Matrícula	Data de
Diego Fausto Monteiro Cavalcante	Funcional/ID/RE 21912	Financeira/SIAPE/ID/RE 5243882	Incorporação/Ingresso 02/03/2009

Cargo	Função	Posto/Graduação/Nível	RIC (Registro de Identificação Civil)	PROM (Data da última promoção)
3 SGT PMPB	POLICIAL	3º Sargento	Não Informado	Não Informado

Situação Funcional
Ativa - Conforme a Descrição do Cargo

Lotação

Lotação	País	UF	Município	Divisão/Unidade
Polícia Militar da Paraíba - PM-PB	Brasil	PARAÍBA	JOÃO PESSOA	Não Informado

Identidade Funcional

Número	RG	Data de Validade	Data de Expedição
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado

Local de Emissão	UF
Não Informado	Não Informado

Carteira de Trabalho e Previdência Social

Número	Série	Estado	Data de Expedição	NIS PIS	Declaração de Contribuição
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	PASEP Não Informado	Previdenciária Não contribuo

Certificado de Registro Federal de Arma de Fogo

Número do Registro	Data de Validade
Não Informado	Não Informado

Formação Profissional / Acadêmica

Tipo Formação Acadêmica	Área de Formação	Entidade	UF	Detalhar
Graduação	Ciências Humanas (licenciatura)	UEPB	PB	

Línguas / Idiomas

Idioma	Leitura	Escrita	Fala	Audição
Não existem idiomas cadastrados.				

Documentos

Anexos

- CPF (Frente): CPF FRENTE.jpeg
- CPF (Verso): CPF VERSO.jpeg
- Comprovante de Residência (Frente): COMPROVANTE RESIDENCIA.jpeg
- Identidade - RG CIVIL (Frente): ID CIVIL FRENTE.jpeg
- Identidade - RG CIVIL (Verso): ID CIVIL VERSO.jpeg
- Documento de Identificação Funcional (Frente): ID FUNCIONAL.jpeg

Termo de Compromisso

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO DO SINESP

Pelo presente instrumento, a pessoa física autorizada e autenticada, doravante denominada "USUÁRIO(A)", a utilizar o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas, denominado "SINESP", tem justo e pactuado o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO DO SINESP, denominado "Termo", que será regido pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - SINESP, foi instituído pela lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, alterado pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, com a finalidade de armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com: segurança pública, sistema prisional e execução penal, rastreabilidade de armas e munições, banco de dados de perfil genético e digitais e enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

CLÁUSULA SEGUNDA - COMPROMISSO LEGAL

A condição de USUÁRIO(A) implica o conhecimento e a aceitação plena e sem reserva de todos os itens do presente Termo.

O usuário deverá:

- Guardar a privacidade e o sigilo das informações disponíveis nos sistemas de informação do SINESP;
- Utilizar as informações disponíveis no SINESP somente nas atividades a que compete exercer, não podendo transferi-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, sendo monitoradas e acompanhadas suas ações ou consultas aos sistemas do SINESP;
- Guardar o sigilo e a privacidade do código de usuário e senha, pessoais e intransferíveis, para acesso aos sistemas da Plataforma SINESP, sendo responsável pelo uso indevido das informações constantes no SINESP, sujeito às normas legais;

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO

Responsabilização Penal

O usuário incorre nos crimes descritos no Código Penal Brasileiro, sem prejuízo das sanções cíveis e administrativas, pelo uso ou divulgações indevidas das informações, constituindo o SINESP de sistema de informação corporativo, equiparando-se seu usuário ao servidor público nas sanções aplicáveis:

- Art. 153 Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem: Pena - detenção, de 1 a 6 meses, ou multa. § 1º - A Divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em Lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública: Pena - detenção, de 1(um) a 4(quatro) anos, e multa.
- Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deva constituir, ou nele inserir, fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deva ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena - Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular. Parágrafo único - Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena da sexta parte.
- Art. 313-A Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou banco de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: Pena - reclusão, de 2(dois) a 12 (doze) anos, e multa.
- Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informação ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: Pena - detenção, de 3(três) meses a 2(dois) anos, e multa. Parágrafo único: As penas são aumentadas de um terço até a metade se a modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado.
- Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação: Pena: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- Art. 325 § 1º - Nas mesmas penas deste artigo incorre quem: I - permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de

dados da Administração Pública, II - se utiliza, indevidamente, do acesso restrito. § 2º - Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

- Art. 327 - Considera-se funcionário público para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- Art. 327 § 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para execução de atividade típica da Administração Pública. § 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste capítulo, forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO

- Manter sigilo de sua senha de acesso ou seu certificado digital, que é de uso pessoal e intransferível, sendo punível sua divulgação;
- Informar qualquer suspeita a respeito do uso indevido ou não autorizado do SINESP;
- Dar encaminhamento para a investigação nos casos de suspeita de uso indevido do acesso o SINESP;
- Utilizar a rede de acordo com a Política de Segurança da Informação do Uso do SINESP;
- Utilizar-se das informações disponíveis no SINESP somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo transferi-las a terceiros, a título oneroso ou gratuito, estando ciente que suas ações e consultas realizadas na Rede são passíveis de monitoramento e controle;
- Fornecer informações sobre o seu cadastro no SINESP, mantendo-as atualizadas;
- Tomar conhecimento das diretrizes, conceitos e condições de uso estabelecidos na Política de Segurança da Informação do Sinesp, bem como as demais normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicações que regem a Administração Pública.

Estou ciente e concordo com os termos.

DECLARO QUE:

- Sob as penas da lei, verdadeiras as informações neste ato prestadas, que passam a integrar os registros e os arquivos do Sinesp; compreendendo o que estabelecem os art. 153, 299, 313-a, 313-b, 325 e 327 do código penal brasileiro, a legislação aplicada ao assunto e demais normas complementares do Sinesp; aquiescendo com todas as responsabilidades inerentes ao uso das informações privilegiadas e de natureza de segurança pública nacional, bem como com todas as implicações legais decorrentes do uso indevido das informações e do acesso, seja qual for a circunstância, constituindo o usuário e senha, disponibilizados para acesso, propriedades do Sinesp e sujeitos ao monitoramento e controle das ações realizadas nos sistemas integrados da rede;
- Estou fornecendo informações verdadeiras, sob as penas da lei;
- Tenho conhecimento e compreendi completamente os termos, diretrizes, conceitos e condições de uso da Política de Segurança da Informação do Sinesp, bem como as demais normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicações necessários ao meu trabalho, tomando conhecimento e ciência de suas disposições, me comprometendo a cumprir integralmente as disposições constantes em tais documentos;
- Estou ciente e de acordo que, tanto os ativos de informação quanto a infraestrutura tecnológica do Sinesp somente poderão ser utilizados para fins, exclusivamente, profissionais e relacionados às atividades da organização ao qual me encontro vinculado;
- Estou ciente que é realizado o monitoramento de todos os acessos e comunicações ocorridos através da infraestrutura tecnológica do Sinesp disponibilizada;
- Estou ciente que violações da Política de Segurança da Informação do Sinesp, bem como as demais normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicações são passíveis de sanções e punições, podendo incorrer em responsabilização legal nas esferas administrativas, cíveis e penal, nos termos da legislação em vigor;
- Comprometo-me a não revelar, fato ou informações de qualquer natureza a que tenha conhecimento por forças das minhas atribuições, mesmo após o encerramento dos vínculos à organização ao qual me encontro vinculado profissionalmente;

Estou ciente e concordo com os termos.

CONSENTIMENTO

- Ao usar os sistemas do Sinesp ou fornecer informação pessoal, estou de acordo com a coleta, armazenamento, guarda, tratamento, uso e divulgação de minha informação pessoal, para fins de Segurança Pública e Nacional e políticas públicas da Senasp, como descrito nesta política, e qualquer política de privacidade do país ao qual o Sinesp venha a aderir, ou Declaração de privacidade que se aplique, dentro das condições estabelecidas e asseguradas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei N.º 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Estou ciente e concordo com os termos.